



EDITAL 04/2022

II PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o I PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO, resolve:

Art. 1º - **DIVULGAR** o **GABARITO DEFINITIVO** do II PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO, conforme ANEXO I do edital.

Art. 2º - **DIVULGAR** os **RECURSOS DEFERIDOS/INDEFERIDOS**, conforme ANEXO II do presente edital.

Art. 3º - **DIVULGAR** o espelho da prova dissertativa, conforme ANEXO III do presente edital.

Art. 4º - **DIVULGAR** o **RESULTADO PRELIMINAR** da prova dissertativa, conforme listas anexas.

Art. 5º - **INFORMAR** que os recursos em face do **RESULTADO DA PROVA DISSERTATIVA** deverão ser interpostos eletronicamente, nos dias 30/05/2022 e 31/05/2022, unicamente através do formulário acessível no endereço <https://forms.gle/2YckVLofcdSo1YRYA>, conforme Edital de Abertura.

Parágrafo primeiro. Não serão aceitos recursos encaminhados por qualquer outra forma, devendo ser digitados e fundamentados em argumentação lógica e consistente.

Parágrafo segundo. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos.

Art. 6º - O presente Edital será PUBLICADO no site da DPE/MA.

São Luís, 30 de maio de 2022.

ALBERTO PESSOA BASTOS
Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão





Defensoria Pública do Estado do Maranhão

	4	Jonathan deverá ser submetido à audiência de custódia em até 24h da data da sua apreensão.	
12 S			
		Jorge, após assistir a entrevista de uma Defensoria Pública sobre direito do consumidor, procurou a Defensoria para relatar o que segue: ao tentar matricular seu filho, Pablo, criança autista, em determinada escola privada de São Luís, a diretora informou que não havia professores especializados para acompanhá-lo durante as aulas. Desta forma, o pedido de matrícula foi negado. No caso hipotético, a orientação adequada é:	
	1	É dever exclusivamente do Estado oferecer atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, de modo que não há obrigação da instituição privada aceitar a matrícula de Pablo.	
	2	A escola privada não deve recusar a matrícula de Pablo pela ausência de professor/a capacitado, pois é responsabilidade dos pais garantir e custear o acompanhamento da criança por profissional da área.	
	3	Por se tratar de escola privada, o gestor possui liberdade para recusar a matrícula de qualquer interessado, levando em consideração os interesses do estabelecimento.	
	+	4	As escolas privadas têm a obrigatoriedade de ofertar atendimento educacional adequado e inclusivo a?s pessoas com deficie?ncia, não devendo recusar a matrícula de Pablo por ser autista.
13 S			
		Considerando o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a assertiva correta:	
	1	Com exceção da contravenção penal de vias de fato, as demais são perseguidas mediante ação penal pública incondicionada.	
	2	Nos crimes contra os idosos não se admite a aplicação da Lei 9.099/95.	
	+	3	A prisão simples jamais será cumprida em regime fechado, nem mesmo por meio da regressão.
	4	O crime de injúria racial, por não ser racismo, não é imprescritível.	
14 S			
		Maria possui dois filhos com José. Pedro com dois anos e Samir com dezoito anos. Nenhuma das crianças possui o nome do pai no registro. Realizada sessão de conciliação na Defensoria Pública, José reconheceu apenas Pedro, tendo sido fixado alimentos em favor do infante no percentual de 15% (quinze por cento) do salário mínimo. Em relação a Samir, José solicitou a realização de exame de DNA. Sobre a situação mencionada, assinale a alternativa incorreta.	
	1	Considerando a ausência de reconhecimento espontâneo em relação a Samir, pode ser ajuizada Ação de Reconhecimento de Paternidade em desfavor de José.	
	+	2	Os alimentos acordados em relação a Pedro somente poderão ser cobrados após a homologação do acordo pelo juízo competente.
	3	O reconhecimento espontâneo de paternidade realizado por José em relação a Pedro pode ser imediatamente encaminhado ao cartório para que sejam realizadas as averbações necessárias.	
	4	Na ação de Reconhecimento de Paternidade, Samir será a parte autora, uma vez já ter atingido a maioridade.	
15 S			
		Jéssica, sem registros criminais anteriores, foi presa em flagrante em razão de ter subtraído duas cartelas de ovo do Supermercado Compre Bem. A respeito da audiência de custódia e da prisão cautelar, marque a afirmativa incorreta.	
	1	A apresentação de Jéssica à autoridade judicial competente deve acontecer em até 24 horas da comunicação do flagrante.	
	2	Antes da audiência de custódia, Jéssica tem o direito de ser atendida prévia e reservadamente por um defensor público, sem a presença de agentes policiais.	
	3	A defesa de Jéssica poderá pleitear a concessão de liberdade provisória com fundamento na ausência de violência ou grave ameaça e inexistência de registros criminais.	
	+	4	Na audiência de custódia, Jéssica deverá ser ouvida sobre os fatos e as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão.
16 S			
		Fátima, mulher trans, 19 anos, procurou a Defensoria Pública relatando que deseja alterar seu prenome e gênero em sua documentação. Contudo, ao chegar no Cartório informada que deveria ajuizar uma ação de retificação de registro, pois a alteração extrajudicial somente pode ser realizada nos casos em que há comprovação da cura; readequação sexual. Considerando as informações prestadas, marque a alternativa que indica a orientação a ser prestada para Maria:	
	1	Maria deve esperar até os 21 anos para solicitar judicialmente a retificação do seu registro.	
	+	2	O cartório não pode negar a alteração da retificação extrajudicial de Maria, conforme provimento do CNJ. Cabe assim, oficiar o cartório solicitando esclarecimentos e, em caso de recusa, apresentar um Pedido de Providências.
	3	Deve ser ajuizada a ação de alteração de registro, uma vez que Maria não realizou a cirurgia de readequação sexual.	
	4	O cartório não pode negar a alteração da retificação extrajudicial, inclusive de menores de 18 (dezoito) anos.	
17 S			
		O filho de Amanda, Paulo, faleceu em razão da pandemia de COVID-19. Em razão disso, a mesma pretende criar uma fundação em sua memória. A respeito das fundações, assinale a alternativa incorreta:	
	1	Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.	
	2	Amanda poderá constituir a fundação através da dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina.	
	+	3	No momento da constituição da fundação, Amanda deverá obrigatoriamente declarar a maneira de administrá-la.
	4	A fundação constituída em memória de Paulo poderá ter como fim a assistência social.	
18 S			





Defensoria Pública do Estado do Maranhão

Lucas, pai de Lara (5 anos) e Jade (7 anos), acredita que as vacinas são nocivas para suas filhas e optou por não realizar a imunização das crianças, conforme previsto no calendário nacional de vacinal. Após saber que a escola das suas filhas reportou ao Conselho Tutelar que Lara e Jade não foram vacinadas, Lucas procurou a Defensoria Pública para que fosse ajuizada ação alegando o seu direito de não vacinar as filhas. Na situação narrada, a orientação adequada deve ser:		
	1	E legítima a recusa de Lucas em vacinar as filhas, pois se trata do exercício do seu poder parental.
	2	E ilegítima a recusa de Lucas em vacinar as filhas, em que pese não existir previsão da obrigatoriedade em diplomas legais.
	3	E legítima a recusa de Lucas em vacinar as filhas, em respeito à sua convicção filosófica.
+	4	É ilegítima a recusa de Lucas em vacinar as filhas, pois não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica do pai, nem tampouco ao poder familiar.

19 S	A frase "ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente" diz respeito ao princípio:	
	1	Impessoalidade
+	2	Juiz Natural
	3	Defensor Natural
	4	Legalidade

20 S	Marcos pretende comprar uma casa de David. Sobre o contrato de compra e venda, assinale a assertiva correta.	
	1	A compra e venda, quando pura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, desde que Marcos e David registrem o contrato em cartório.
	2	É válido o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
+	3	Pelo contrato de compra e venda, David se obrigará a transferir o domínio da casa, e Marcos, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.
	4	É ilícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.

Prova - Graduação (Arquitetura)

1 S	ANULADA	
As curvas de nível existentes e projetadas contidas em um projeto de uma indústria a ser aprovado pelo órgão público competente deve estar contido na Planta de:		
	1	Edificação
	2	Implantação
	3	Situação
	4	Locação

2 S	A NR 18 preconiza que as instalações sanitárias devem ser constituídas de pelo menos lavatório, vaso sanitário, mictório e chuveiro, em quantidades proporcionais ao número de operários. Para um canteiro de obras em que trabalham 100 colaboradores, assinale a alternativa que indica corretamente a quantidade mínima para dois desses elementos:	
+	1	5 lavatórios e 10 chuveiros
	2	5 vasos sanitários e 5 chuveiros
	3	10 lavatórios e 5 chuveiros
	4	4 vasos sanitários e 10 lavatórios

3 S	De acordo com a NBR-9050 — Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos — as portas de giro, de correr, sanfonadas ou articuladas, quando abertas, devem ter um vão livre, de no mínimo:	
	1	0,90 m de largura por 2,10 m de altura.
+	2	0,80 m de largura por 2,10 m de altura.
	3	1,00 m de largura por 2,10 m de altura.
	4	0,70 m de largura por 2,10 m de altura.

4 S		
-----	--	--

ASSINADO DIGITALMENTE POR ALBERTO PESSOA BASTOS EM 30/05/2022 10:46:58
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSAR: <https://defensoria.ma.def.br/guara/validar> CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: e4fe67cb-6397-4f8a-8eaa-1c8d27f9b588





Defensoria Pública do Estado do Maranhão

Considerando os croquis de partidos arquitetônicos e construtivos mostrados nas figuras I e II precedentes e a frase “Arquiteto não rabisca, arquiteto risca.”, de Lucio Costa, julgue os itens seguintes, como CERTO(C) ou ERRADO (E) e marque a alternativa correta.





Defensoria Pública do Estado do Maranhão

(C) A figura I trata de um partido de níveis com quatro pavimentos mais o térreo em um corte típico, incluindo um destaque da parte atípica das lajes. (E) A figura II trata do partido estrutural com o emprego de treliças em uma edificação, com o destaque de um apoio descentralizado e um balanço à direita da imagem

+	1	C,E
	2	E,C
	3	E,E
	4	C,C

5 S	Em busca de conferir maior conforto aos usuários, as medidas do corpo humano devem ser consideradas nas edificações. Nesse sentido, considerando o padrão brasileiro, julgue o item subsequente. Qual deve ser a altura de uma bancada de banheiro e/ou pia de cozinha?	
+	1	80cm a 90cm
	2	70cm a 80cm
	3	95cm a 100cm
	4	70cm a 75cm

6 S	Respeitando a fórmula de Blondel, se uma escada deve vencer o vão de 3,15m e tem 18 degraus, quais poderiam ser as medidas do piso e do espelho, respectivamente?	
	1	30cm e 18cm
+	2	28cm e 17,5cm
	3	29cm e 18cm
	4	31cm e 17,5cm

7 S	Conforme a norma NBR 6492, na fase de anteprojeto, NÃO faz parte do conjunto de conteúdos mínimos necessários da planta de situação:	
	1	indicação das áreas a serem edificadas.
+	2	eixos do projeto.
	3	indicação do Norte.
	4	curvas de nível existentes e projetadas, além de eventual sistema de coordenadas referenciais.

8 S	Sobre planta baixa, é INCORRETO afirmar que:	
	1	mostra a configuração das paredes, a forma e as dimensões dos espaços, as portas e janelas.
+	2	mostra as divisas legais do lote e a topografia do terreno.
	3	o plano de corte horizontal que a origina costuma ser feito a uma altura aproximada de 1,20m a 1,50m acima do piso.
	4	serve de base para a execução dos cortes e fachadas.





Defensoria Pública do Estado do Maranhão

9 S					
Julgue os próximos itens, a respeito de sistemas estruturais, CERTO(C) ou ERRADO (E) e marque a alternativa correta. (E) Entre os diferentes tipos existentes de laje de concreto, as lajes cogumelo se destacam pela hierarquia estrutural. (E) Um telhado tradicional com telhas-francesas de barro e estrutura de madeira apresenta uma hierarquia estrutural formada por tesouras (hierarquia 1), terças (hierarquia 2) e ripas (hierarquia 3); somente a vedação, formada pelas telhas-francesas, está excluída dessa classificação.					
	+	1	E,E		
		2	C,E		
		3	C,C		
		4	E,C		

10 S					
Relacione as colunas de acordo com a sua definição de software, e em seguida assinale a alternativa que cuja sequência esteja correta: 1. AutoCAD 2. Sketchup 3. Revit 4. 3D Studio Max					
() Software que oferece suporte multidisciplinar facilitando o trabalho em equipe, melhorando a interação entre uma parte e outra do projeto.					
() Ferramenta bastante intuitiva se comparada com outros softwares do mesmo propósito, permite a criação de maquetes em 3D com detalhes e precisão, facilitando a visualização das etapas do projeto.					
() Software muito utilizado para o desenvolvimento de projetos, pode ser utilizado na criação de desenhos em 2D, entre seus principais recursos está a possibilidade de criar objetos também em 3D e movimenta-los em diversas posições. Permite explorar a parte interna e externa de um objeto.					
() Software utilizado para realizar trabalhos com modelagens 3D, animação, renderização e composição 3D.					
		1	2 - 1 - 4 - 3		
	+	2	3 - 2 - 1 - 4		
		3	1 - 2 - 3 - 4		
		4	2 - 3 - 4 - 1		

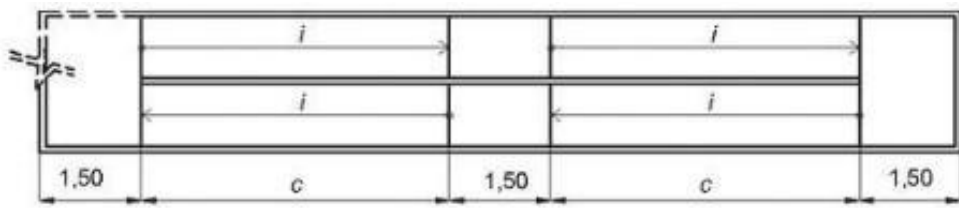
11 S					
Com base no desenho arquitetônico precedente, representativo de uma escada com corrimão, julgue os itens a seguir como CERTO(C) ou ERRADO (E) e marque a alternativa correta.					
(E) O desenho trata da vista de uma escada que inclui um corrimão duplo. (E) A altura do corrimão em relação ao piso do degrau é de 92 cm.					
(C) O comprimento do corrimão não está definido no desenho apresentado.					
(C) As cotas do desenho estão em metros, em decímetros e em centímetros.					
		1	E,C,C,E		
		2	C,E,C,E		
		3	C,E,C,C		
	+	4	E,E,C,C		

12 S					
A Figura e a Tabela abaixo foram extraídas da NBR 9050.					

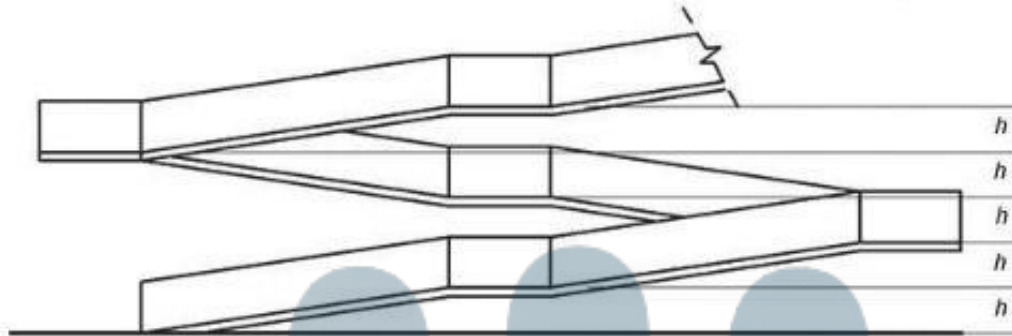




Defensoria Pública do Estado do Maranhão



Vista superior



Vista lateral

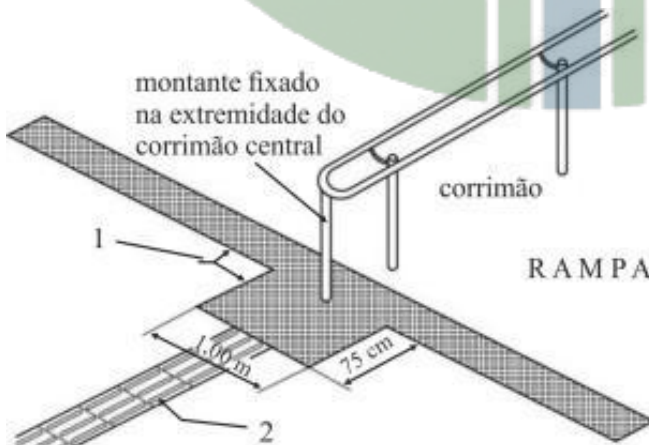
Desnível	Inclinação Máxima
Mais de 1 m	5%
De 80 cm a 1 m	6,25%
Até 80 cm	8,33%

Sabendo-se que i é a inclinação da rampa em porcentagem, h é a altura do desnível, e c , o comprimento da rampa em projeção horizontal, qual deverá ser a medida de c , em m, para atender à referida norma, se $h = 70$ cm?

+	1	8,40
	2	7,35
	3	0,84
	4	9,10

13 S ANULADA

De acordo com a norma ABNT 9050, que trata de acessibilidade universal, a sinalização tátil e visual no piso deve ser de alerta e direcional. A respeito desse assunto e considerando a figura precedente, julgue os próximos itens como CERTO (C) ou ERRADO (E) e marque a alternativa correta.



- (E) A sinalização tátil no piso, também denominada podotátil, é necessária para que todos os portadores de necessidades especiais tenham maior conforto.
- (C) Os dois tipos de placa de piso para sinalização tátil são: as direcionais, identificadas pelo número 2 na figura em apreço; e as de alerta, identificadas pelo número 1.
- (C) Na figura em questão, o "montante fixado na extremidade do corrimão central" não tem função estrutural; sua finalidade restringe-se a alertar o

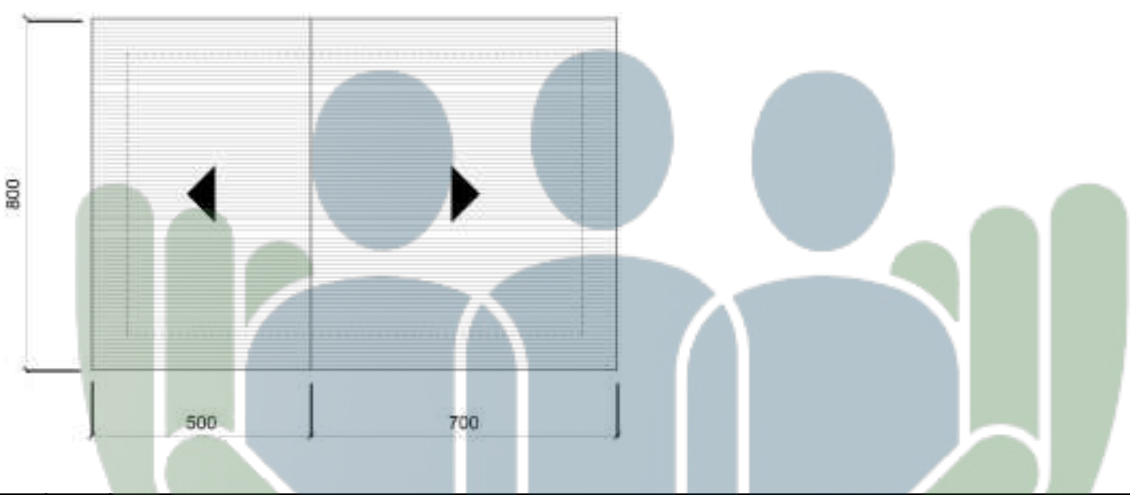




Defensoria Pública do Estado do Maranhão

deficiente visual para a existência de um corrimão logo adiante.		
	1	E, C, C
	2	C, E, E
+	3	E, C, C
	4	C, C, E

14 S	Uma iluminação deficiente ou inadequada no local de trabalho pode prejudicar a saúde física ou psicológica de um trabalhador, afetar seu rendimento e acabar provocando um acidente de trabalho. De acordo com a NBR 5413, a tabela de níveis de iluminação por tipo de ambiente recomenda que, o setor de atendimento ao público de um banco, por exemplo, tenha uma luminância (lux) entre	
	1	150 e 250.
	2	acima de 1.000.
	3	250 e 500.
+	4	300 e 750.

15 S	Sabendo que a inclinação da telha é de 30% e que o beiral é de 80cm, qual deverá ser a altura (em centímetro) da cumeeira do telhado abaixo?	
		
	1	210
	2	126
	3	150
+	4	186

16 S	De acordo com a NBR 6492, que trata da representação de projetos de arquitetura, NÃO é um documento típico do Anteprojeto:	
	1	plantas, cortes e fachadas.
+	2	estimativa de custo.
	3	memorial justificativo, abrangendo aspectos construtivos.
	4	documentos para aprovação em órgãos públicos.

17 S	Julgue os próximos itens, relativos a atividades técnicas de projeto de arquitetura e engenharia exigíveis para a construção de edificações, como CERTO(C) ou ERRADO (E) e marque a alternativa correta. (E) Para a aprovação em órgãos oficiais, a planta de locação é parte integrante do projeto básico de arquitetura e deve conter informações completas sobre a localização do terreno. (C) A etapa de anteprojeto corresponde à fase na qual se deve receber aprovação final do cliente e dos órgãos oficiais envolvidos a fim de possibilitar a contratação da obra. (E) O estudo preliminar de um projeto antecede o programa de necessidades e constitui a análise de risco, na qual são considerados os elementos técnicos, como os estudos de viabilidade econômico-financeira, viabilidade comercial e viabilidade ambiental. (C) O programa de necessidades, a ser elaborado pelo arquiteto em conjunto com o cliente, consiste na determinação das exigências de caráter prescritivo a serem satisfeitas pela edificação a ser concebida.		
	+	1	E, C, E, C
		2	E, C, E, E
		3	C, E, C, E
		4	C, C, E, C

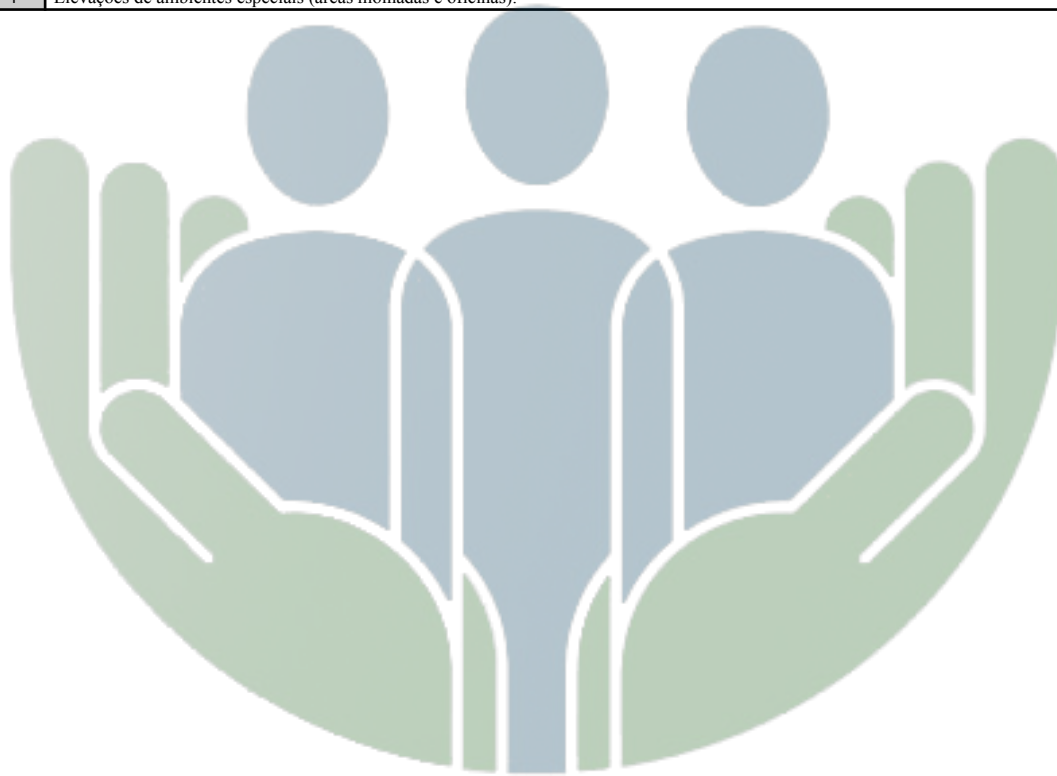
18 S	Em um projeto de acessibilidade, as dimensões mínimas (largura e comprimento) da área para manobra de cadeiras de rodas com deslocamento de 180°, devem ser:	
	1	1,60 m x 1,80 m.
+	2	1,50 m x 1,90 m.
	3	1,60 m x 2,00 m.





Defensoria Pública do Estado do Maranhão

	4	1,50 m x 1,80 m.
19 S		O correto dimensionamento dos espaços e do mobiliário em edifícios públicos é tarefa importante para assegurar o conforto ergonômico e permitir a mobilidade de todas as pessoas. Em relação a esse tema, assinale a alternativa correta:
	+	1 O espaço necessário de rotação para usuários de cadeiras de rodas é de 1,50 m, para um giro completo de 360°.
		2 Para o dimensionamento de um estacionamento, deve-se adotar o parâmetro de 15 m ² por veículo, procurando minimizar o espaço de manobra e de parada, considerando 30% de vagas para veículos populares.
		3 O espaço mínimo entre uma mesa de trabalho e outra deve ser de 60 cm, permitindo-se o uso de estações de trabalho para maximizar os espaços de escritórios.
		4 Em ambientes públicos de grande tráfego de pessoas, as escadas de ligação entre um pavimento devem ter largura mínima de 1,20 m para facilitar a circulação e evitar congestionamentos.
20 S		As alternativas a seguir apresentam documentos opcionais e complementares aos documentos gráficos de um projeto executivo arquitetônico, EXCETO:
		1 Maquetes construídas em escala ou eletrônicas (interior ou exterior).
		2 Fotografias e montagens.
		3 Recursos audiovisuais.
	+	4 Elevações de ambientes especiais (áreas molhadas e oficinas).





ANEXO II

RECURSOS DEFERIDOS/INDEFERIDOS

DIREITO GRADUAÇÃO

21358	Juliana Kelly da Silva Ferreira	INDEFERIDO
21267	Ludmilla Andressa da Silva Barbosa	INDEFERIDO
20651	Letícia Santos Calixto Oliveira	INDEFERIDO
21620	Wilson de Carvalho Rosa Filho	DEFERIDO
21090	Aline Costa Correa	DEFERIDO
20693	Maendra Barros de Araújo Cruz	PARCIALMENTE DEFERIDO
21382	Luanna Nogueira Berthier da Silva	DEFERIDO





ANEXO III

ESPELHO DE CORREÇÃO QUESTÃO DISSERTATIVA

DIREITO GRADUAÇÃO

Enunciado da questão: A defesa dos direitos da população LGBTQ+ consiste em uma das importantes áreas de atuação da Defensoria Pública. Discorra sobre o direito ao nome social e o procedimento de alteração de prenome de pessoas maiores de 18 (dezoito) anos no Estado do Maranhão.

Espelho de correção:

Uso correto do vernáculo, concatenação de ideias, coesão e coerência na escrita.

Direito ao nome social

Contextualização

Legislação aplicável: Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), o Protocolo de São Salvador (1988), a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas correlatas de Intolerância, os Princípios de Yogyakarta (Yogyakarta, 2006), Constituição Federal, art. 3º, I, III e IV, Decreto federal nº 8.727/2016, Decreto nº 9.278/2018, Resolução Nº 270 de 11/12/2018)

Procedimento de alteração de prenome de pessoas maiores de 18 (dezoito) anos

Contextualização

Legislação aplicável: Ação Direta de Constitucionalidade 4275, Provimento Nº 73 de 28/06/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Provimento nº 30/2021 da Corregedoria Geral de Justiça

